

Sistematizando Práticas para Administrar 2

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Sistematizando Práticas para Administrar 2

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S622 Sistematizando práticas para administrar 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Grayce Kelly Bianconi, João Dallamuta. – Ponta
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-981-3

DOI 10.22533/at.ed.813201002

1. Administração. 2. Gestão organizacional. I. Bianconi, Grayce
Kelly. II. Dallamuta, João.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por pesquisas realizadas por professores e alunos na área de gestão, todas elas selecionadas e ordenadas pelas suas contribuições genuínas e relevantes dentro dos temas propostos.

Os desafios da gestão em nossos dias estão sobretudo relacionados ao enorme dinamismo e incertezas do ambiente de negócios, e suas rápidas e profundas transformações tecnológicas, culturais, sociais e econômicas.

A visão ampla do gestor, além dos temas diretamente associados a seus negócios é fundamental para a sobrevivência neste ambiente mutante. Esperamos que a leitura dos trabalhos selecionados nesta obra gere reflexões e novas ideias nos leitores, razão de ser de nosso trabalho.

Os organizadores gostariam de agradecer aos autores e editores pelo espírito de parceria e confiança.

Boa leitura

Grayce Kelly Bianconi
João Dallamuta

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
HOW EFFICIENT ARE THE BRAZILIAN ELECTRICITY DISTRIBUTION COMPANIES?	
Sandra de Sousa Xavier José Wanderley Marangon Lima Luana Medeiros Marangon Lima Ana Lúcia Miranda Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.8132010021	
CAPÍTULO 2	21
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VERDE	
Ingrid Zanuto de Freitas Solange Maria Debastiani Belquis Oliveira Meireles	
DOI 10.22533/at.ed.8132010022	
CAPÍTULO 3	32
ARTE SUSTENTÁVEL EM GARRAFAS DE VIDRO DESCARTADAS	
Fernanda dos Santos Isa Ricardo Ribeiro Alves Ana Júlia Teixeira Senna Sarmento Barata Felipe Elsemann Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.8132010023	
CAPÍTULO 4	45
A TECNOLOGIA SOCIAL E SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Daniel Teotonio do Nascimento Elcio Gustavo Benini Edi Augusto Benini Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.8132010024	
CAPÍTULO 5	66
USO DA PREVISÃO DE DEMANDA PARA UM SETOR DE ATENDIMENTO DE UM HOSPITAL	
Paulo André de Oliveira Sergio Augusto Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8132010025	
CAPÍTULO 6	73
ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS E PREVISÃO DE DEMANDA DE REFRESCO EM PÓ SABOR LARANJA	
Jessica Tan Flavia Sayuri Miura Carla Adriana Pizarro Schmidt José Airton Azevedo Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8132010026	

CAPÍTULO 7	80
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O SUCESSO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Cássia Emidio Maciel Andréa Cristina Trierweiller Helio Aisenberg Ferenhof	
DOI 10.22533/at.ed.8132010027	
CAPÍTULO 8	102
INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU – PARANÁ	
Roberto Rivelino Martins Ribeiro Paulo Sérgio de Moraes Possani Kerla Mattiello Iasmini Magnés Turci Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8132010028	
CAPÍTULO 9	123
DETERMINANTES DAS REUNIÕES ASSOCIATIVAS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL	
Pedro Miguel Fonseca Moreira de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8132010029	
CAPÍTULO 10	144
DETERMINANTES DO DISCLOSURE AMBIENTAL	
Rafael Crisóstomo Alves Luiz Roberto Calado	
DOI 10.22533/at.ed.81320100210	
CAPÍTULO 11	159
ECOSSISTEMA ALAGOANO DE STARTUPS: UM ESTUDO RADIOGRÁFICO	
Ramon Cardeal Silva Josealdo Tonholo João Inácio Soletti Leandro Melo de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.81320100211	
CAPÍTULO 12	187
EMPREENDEDORISMO COLETIVO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENSAIO TEÓRICO	
Laura Junqueira Vargas Raphael de Moraes Lidiane da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.81320100212	
CAPÍTULO 13	200
A GESTÃO DE EMPRESAS JUNIORES DE CURSOS DISTINTOS DENTRO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: UM INDICADOR DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS	
Leyla Bianca dos Santos Silva Laura Marina Valencia Niño	

Denise Carvalho Takenaka
Ariele da Silva Moreira
Nilson Sales dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81320100213

CAPÍTULO 14 215

CONSTRUINDO PONTES ENTRE O EMPREENDEDORISMO COLETIVO E OS
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Laura Junqueira Vargas
Raphael de Moraes
Lidiane da Silva Dias

DOI 10.22533/at.ed.81320100214

CAPÍTULO 15 229

ESTRATÉGIAS DE VENDAS EM NEGÓCIOS INFORMAIS E MICRO
EMPREENDIMENTOS

Ana Maria Maia Bezerra
Shirley Roque de Souza
Yslem Thaís Monteiro Valentim
Fabiana Viegas Brandão Lima

DOI 10.22533/at.ed.81320100215

CAPÍTULO 16 247

VIABILIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE
ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA TENDA DO SENHOR EM SÃO
BENTO/PB

Edicleyson Medeiros de Souza
Leandro Aparecido da Silva
Pablo Phorlan Pereira de Araújo
Salmo Batista de Araújo
Nataly Inêz Fernandes dos Santos
Sonia Azevedo de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.81320100216

CAPÍTULO 17 268

DIVULGAÇÃO DAS PROVISÕES SEGUNDO O CPC 25: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA EMPRESA DE PAPEL/CELULOSE

Arlos Eleodoro Seixas Risdén Junior
Jéssica Karine de Oliveira Gomes
Jhessica Tamara Kremer
Aládio Zanchet

DOI 10.22533/at.ed.81320100217

CAPÍTULO 18 387

COMPARATIVO DE CUSTOS E EFICIÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS EPS E
CONVENCIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF: ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA “A CONSTRUTORA”

Jonathan Pereira da Silva
Daniela de Souza Santos
Elisa Ribeiro dos Santos Siqueira
Glória Maria de Sousa
Meirivan Pereira Leite

Alessandro Aveni

DOI 10.22533/at.ed.81320100218

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	301
ÍNDICE REMISSIVO	302

DETERMINANTES DO DISCLOSURE AMBIENTAL

Data de aceite: 20/01/2020

Data de submissão: 01/11/2019

Rafael Crisóstomo Alves

Instituto Federal Goiano, Departamento de
Contabilidade
Rio Verde – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/8264922791086648>

Luiz Roberto Calado

Centro Universitário Alves Faria, Mestrado em
Administração
Goiânia – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/2061172678583057>

RESUMO: Atualmente, as companhias demandam associar o interesse pela expansão e obtenção de lucros, à interação com o meio ambiente, sendo exigida, por seus *stakeholders*, maior transparência de suas ações empresariais. Desse interesse tem-se a prática do *disclosure* ambiental, definido como um conjunto de métodos usados pelas entidades para divulgar suas ações com a natureza, visando apresentar o que e como a empresa está se comportando em relação aos recursos naturais. Essa atitude é indispensável para evidenciar o compromisso moral com a sociedade e a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, aumentando, dessa maneira, a confiabilidade de suas práticas. O presente artigo teve como

objetivo identificar os fatores determinantes do nível de evidenciação das questões ambientais praticado pelas companhias no Brasil. Para tanto, foram analisados os Relatórios de Sustentabilidade, dos anos de 2010 e 2015, de 52 companhias, consideradas como as maiores em volume de vendas líquidas, pela Revista Exame – Edição Maiores e Melhores 2016. Foram formuladas quatro hipóteses e testadas a partir da Análise de Regressão com dados em painel, por meio do Modelo de Efeitos Aleatórios. Estas hipóteses englobam tamanho, endividamento, governança corporativa e controle acionário. A Análise de Regressão em Painel demonstrou que as variáveis Tamanho (H1), e Nível de Endividamento (H2) se confirmaram significativas a um nível de 1%, ou seja, possuem forte influência sobre o *disclosure* ambiental praticado pelas companhias investigadas. Conclui-se que os resultados da pesquisa corroboram com a Teoria da Divulgação, e ratificam os achados de outros estudos relacionados à temática.

PALAVRAS-CHAVE: *Disclosure*. Meio Ambiente. Nível. Teoria da Divulgação. Determinantes.

DETERMINANTS OF ENVIRONMENTAL DISCLOSURE

ABSTRACT: Currently, companies demand

to associate their interest in expanding and earning profits, to interact with the environment, and their stakeholders are required to be more transparent in their corporate actions. Of this interest have the practice of environmental disclosure, defined as a set of methods used by the entities to disclose their actions with nature, aiming to present what and how the company is behaving in relation to natural resources. This attitude is indispensable to evidence the moral commitment to society and the responsibility for sustainable development, thus increasing the reliability of its practices. This present article aimed to identify the determinants of the level of evidence of environmental issues practiced by companies in Brazil. For this purpose, were analyzed the 2010 and 2010 Sustainability Reports of 52 companies, considered the largest in net sales volume, by Exame Magazine - Biggest and Best Edition 2016. Four hypotheses were formulated and tested from Regression Analysis with panel data, using the Random Effects Model. These hypotheses include size, indebtedness, corporate governance and share control. The Panel Regression Analysis showed that the variables Size (H1) and Level of Indebtedness (H2) were confirmed significant at a level of 1%, that is, they have a strong influence on the environmental disclosure practiced by the companies investigated. It is concluded that the results of the research corroborate with the Theory of Disclosure, and ratify the findings of other studies related to the subject.

KEYWORDS: Disclosure. Environment. Level. Theory of Disclosure. Determinants.

1 | INTRODUÇÃO

Com o advento da industrialização, em meados do século XVIII, a questão ambiental começou a ser percebida como fator relevante para a qualidade de vida das pessoas. O avanço tecnológico permitiu que as indústrias produzissem maior volume de produtos, em períodos cada vez menores de tempo, consumindo, assim, grandes quantidades de recursos humanos e naturais (COSTA; MARION, 2007). A utilização desordenada desses recursos, com o descarte sem os cuidados necessários, impactou o planeta a ponto de redefinir as ações e projetos, de empresas e sociedade, passando a ter, como foco principal, a associação do avanço econômico à preservação ambiental (PEDRON, 2014).

Toda essa discussão, para Maciel (2012), está envolta no interesse, dos diferentes usuários, por maior comunicação de caráter ambiental, sendo exigida, cada vez mais, pelos tomadores de decisões. Para Coelho (2010) a demanda por este tipo de informação reflete a consciência ecológica adquirida por seus *stakeholders* ao longo dos últimos anos, como também pela crescente degradação ambiental causada pelas companhias, cujos impactos reverberam, não apenas na sociedade, mas no seu resultado e na sua posição patrimonial e financeira. Essa transparência exigida força, as companhias, à prática do *disclosure* ambiental, que na concepção

de Rosa, Ensslin e Ensslin (2009) é a apresentação das informações relativas às suas atitudes com o meio ambiente, a fim de demonstrar, aos interessados, a sua administração socioambiental.

Rosa, Ensslin e Ensslin (2009) concluem que essas informações ambientais, que as empresas buscam evidenciar, têm o intuito de elevar a reputação do negócio, levando em consideração: as necessidades do público, a natureza como utiliza uma fonte de recurso limitado, a responsabilidade profissional da administração e a interação dos diversos sistemas da empresa com a referida evidenciação. Por outro lado, observa-se que, em diversos estudos relacionados à temática como de Costa e Marion (2007), Rover (2009), Braga, Oliveira e Salotti (2009), Murcia (2009), Coelho (2010), Tannuri (2013), Huppés (2014), Los (2014), Machado (2014), e outros, essa evidenciação ambiental apresenta tipicidades singulares, não havendo um padrão de apresentação, sendo as questões divulgadas conforme interesse e/ou benefícios advindos à companhia.

Destarte, emerge a seguinte questão de pesquisa: **“Quais as determinantes do nível de disclosure ambiental divulgado pelas companhias no Brasil?”**.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evidenciação Contábil e *Disclosure Ambiental*

A evidenciação está ligada aos objetivos da Contabilidade, como garantia de informações claras aos usuários, relativas às atividades empresariais. Sob essa ótica, a evidenciação contábil está presente no processo de identificação, mensuração, organização e divulgação dos eventos econômico-financeiros na forma de informação útil. Evidenciar ou demonstrar os eventos ambientais, de acordo com Freitas e Strassburg (2007), está relacionado com as atividades operacionais de cada setor que afetam a continuidade das empresas, a qualidade de vida das pessoas e o ecossistema. Cabe à Contabilidade o papel de segregar os gastos e provisões relativas ao meio ambiente, efetuar sua classificação e quantificação, de acordo com sua ocorrência, importância e finalidade.

Gray e Bebbington (2001) descrevem algumas das possíveis razões para as empresas divulgarem informações de caráter ambiental, sendo elas: legitimar suas atividades; desenvolver a imagem corporativa; se antecipar a ações regulatórias; o impacto positivo no preço das ações; vantagens competitivas; e respeito ao direito à informação dos acionistas e stakeholders; entre outras.

A partir do apresentado observa-se que o assunto ainda é incipiente, demonstrando necessidade de estudos que refutem ou confirmem as preposições levantadas, a fim de contribuir com a ciência na construção de novas teorias no

futuro.

2.1.1 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

A evidenciação ambiental pode ser explicada pela Teoria da Divulgação, que de acordo com Verrecchia (2001) pode ser um fenômeno endógeno ou exógeno. Para a primeira, a autora expõe que, pode ser baseada em associações e/ou incentivos, e a segunda baseada em julgamentos. Neste mesmo sentido, o autor categoriza as pesquisas relacionadas a evidenciação em: Pesquisa sobre divulgação baseada em associação; Pesquisa sobre divulgação baseada em discricionariedade; e Pesquisa sobre divulgação baseada em eficiência. O Quadro 1 demonstra as principais características da Teoria da Divulgação.

Categoria	Características da Evidenciação	
	Momento de ocorrência do <i>disclosure</i>	Processo de Divulgação
Associação	<i>ex post</i>	Exógeno
Discricionariedade	<i>ex post</i>	Endógeno
Eficiência	<i>ex ante</i>	Não aplicável

Quadro 1 – Categorias da Teoria da Divulgação

Fonte: Adaptado de Verrecchia (2001).

Como observa-se no Quadro 1, a Divulgação baseada em Eficiência trata-se de uma análise antes da evidenciação ocorrer, ou seja, permite identificar quais informações são preferíveis pelos *stakeholders*, sendo que as companhias têm como propósito apresentar apenas aquelas agradáveis aos seus usuários, e que possibilitarão ganhos na eficiência e melhor visão dos investidores. Nas categorias Associação e Discricionariedade, a divulgação já ocorreu, sendo avaliadas, na primeira, as relações entre a evidenciação e as alterações provocadas no valor das ações ou no volume de transações, tem-se uma ótica exógena. E na segunda categoria procura-se entender os motivos em divulgar as informações, com ótica endógena, questionando, dessa forma, por que a empresa faz ou não a divulgação de determinada informação.

A presente pesquisa fundamenta-se, especificamente, na segunda categoria apresentada por Verrecchia (2001), a divulgação baseada em discricionariedade. A partir dela, foram investigadas as características do *disclosure* ambiental realizado pelas companhias objeto de estudo.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo classificou-se como teórico-empírico de caráter descritivo-explicativo, pois teve como objetivo primordial, a descrição das características de

determinada população ou fenômeno e, também, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2009). Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracterizou como quali-quantitativa.

Para o cálculo da métrica da pesquisa, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que tem como finalidade o estudo das características das informações de forma rígida, utilizando números para reunir as evidências ambientais como unidade de documento (GIL, 2009). O índice foi calculado a partir do número de proposições evidenciadas pela companhia, dividido pelo número total de evidências existentes. Por fim, o tratamento dos dados se deu em **Microsoft Office Excel 2010** e software estatístico **IBM® SPSS® Statistics 21 Premium e EViews® 9.5 Student Version Lite**, com posterior construção de tabelas e gráficos para melhor visualização dos resultados encontrados.

Vale ressaltar que as variáveis, relacionadas às características endógenas das empresas investigadas, que foram consideradas pelo estudo, estão descritas, individualmente, nas hipóteses elaboradas.

3.1 Hipóteses de Pesquisa

No que se refere às características individuais da empresa, consideradas variáveis amplamente utilizadas em trabalhos de natureza semelhante, como de Nossa (2002); Cunha e Ribeiro (2008); Rover (2009); Murcia (2009) e Braga, Oliveira e Salotti (2009), foram formuladas quatro hipóteses, envolvendo: Tamanho da Empresa; Nível de Endividamento; Segmento especial da BM&FBOVESPA e Controle Acionário, a saber:

H1: Empresas de maior porte divulgam mais informações ambientais que empresas menores.

H2: Companhias mais endividadas apresentam maior nível de evidênciação das questões relacionadas ao meio ambiente.

H3: Companhias incluídas no Novo Mercado apreciam mais questões ambientais nos relatórios analisados, possuindo maior nível de disclosure.

H4: A origem do controle acionário da companhia influencia o nível de divulgação ambiental.

Isto posto, tem-se um quadro resumo das hipóteses e das variáveis do presente estudo.

Hipóteses	Variáveis utilizadas	Fonte de dados
1 – Tamanho da empresa	Ativo Total	Revista Exame
2 – Nível de Endividamento	Endividamento Geral	Revista Exame
3 – Segmento Especial da BM&FOVESPA	Segmento Novo Mercado (NM)	BM&FBOVESPA
4 – Controle Acionário	Brasileiro – Estrangeiro	Revista Exame

Quadro 2 – Resumo das Hipóteses e Variáveis do estudo

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Ressalta-se que, na operacionalização de algumas hipóteses, considerou-se oportuno converter algumas variáveis em Quartis, de modo a suavizar a distribuição dos dados e permitir melhor comparação entre os diferentes elementos. De acordo com Marion (2012), Quartil é a medida estatística que divide os coeficientes em 4 partes, sendo que o 1º Quartil será o valor que deixar 25% dos elementos do conjunto abaixo de si mesmo e 75% acima; o 2º Quartil será o valor da mediana dos itens; já o 3º Quartil será o valor que apresentar 75% dos casos abaixo dele e 25% acima; e o 4º Quartil comporta a totalidade dos elementos, ou seja, 100% das variáveis investigadas.

4 | ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante das informações citadas na Metodologia, a amostra da pesquisa fora selecionada a partir da acessibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade nos dois anos investigados, 2010 e 2015, sendo que as companhias que não apresentaram este documento foram excluídas da seleção. Desta forma, observa-se, portanto, que do total de 100 companhias, apenas 52 divulgaram os relatórios analisados nos dois anos selecionados, sendo habilitadas a compor base de dados do estudo em questão.

4.2 Análise Preliminar das Hipóteses

Com o propósito de analisar, previamente, as hipóteses construídas no estudo, foram realizadas Análise de Correspondência (Anacor), Teste Qui-Quadrado e Correlação. É necessário ressaltar que, a validade das inferências feitas, fora efetuada por meio da Análise de Regressão em Painel.

4.2.1 Nível de Disclosure versus Tamanho da empresa

A Hipótese 1 procurou relação entre o porte das companhias e o grau de informações prestadas, sendo que, buscou comprovar se empresas de maior tamanho tendem a prestar maior número de evidências ambientais. A fim de classificar o porte da empresa, fora considerado o valor do Ativo Total. A Tabela 1 apresenta os resultados do cruzamento das variáveis em questão.

Tamanho	Nível de Disclosure				Total - Tamanho
	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
1º Porte	6	1	4	0	11
2º Porte	3	7	4	0	14
3º Porte	2	3	5	3	13
4º Porte	2	2	0	10	14
Total - Nível	13	13	13	13	52

Tabela 1 – Correspondência entre Disclosure Ambiental e Porte da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Para construção da escala de tamanho das empresas (1º, 2º, 3º e 4º), foi aplicado o cálculo do Quartil, sendo os resultados apresentados no Quadro 3.

Quartil	Tamanho (Ativo Total U\$)
1º	≤ U\$ 2.754,7
2º	> U\$ 2.745,7 e ≤ U\$ 4.375,8
3º	> U\$ 4.375,8 e ≤ U\$ 9.162,5
4º	> U\$ 9.162,5

Quadro 3 – Porte das companhias em Quartis

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Os dados apresentados na Tabela 1 apontam que 71,4% das companhias consideradas de grande porte no estudo (4º Quartil) concentraram-se no nível de *disclosure* 'Ótimo', ademais, 54,5% das empresas pertencentes ao 1º Quartil (Pequeno Porte) apresentaram nível considerado 'Ruim' de evidência ambiental. Para confirmar a associação entre as duas variáveis citadas, realizou-se o Teste Qui-Quadrado, sendo os resultados apresentados na Tabela 2.

Dimensão	Valor Singular	Inércia	Qui-Quadrado	Sig.
1	,693	,480		
2	,367	,135		
	,184	,034		
TOTAL		,649	33,734	,000(a)

Tabela 2 – Teste Qui-Quadrado: *Disclosure* Ambiental e Tamanho da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Verifica-se que o Teste Qui-Quadrado rejeita a hipótese nula, ao nível de significância de 1%, de que não existe associação entre as variáveis, ou seja, corrobora com o apresentado na Tabela 1.

4.2.2 Nível de *Disclosure* versus Nível de Endividamento

A Hipótese 2 procurou associação entre o nível de endividamento das companhias e o seu grau de evidência das questões ambientais, sendo que de acordo com a Teoria da Agência, gestores de empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar mais informações, para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas. A Tabela 3 demonstra os resultados encontrados.

Endividamento	Nível de <i>Disclosure</i>				Total - Endividamento
	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
Baixo	6	1	2	1	10
Razoável	4	8	1	0	13
Médio	0	3	7	2	12
Alto	3	1	3	10	17
Total - Nível	13	13	13	13	52

Tabela 3 – Correspondência entre *Disclosure* Ambiental e Endividamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Para construção do nível de endividamento das empresas (Baixo, Razoável, Médio e Alto), fora aplicado o cálculo do Quartil, sendo os resultados apresentados no Quadro 4.

Quartil	Nível de Endividamento (%)	Classe
1º	≤ 55,3%	Baixo
2º	> 55,3% e ≤ 66,8%	Razoável
3º	> 66,8% e ≤ 78,5%	Médio
4º	> 78,5%	Alto

Quadro 4 – Nível de Endividamento em Quartis

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A partir da Tabela 3 infere-se que do total das companhias com nível de endividamento considerado 'Alto' (17 empresas), 58,8% apresentaram nível de *disclosure* 'Ótimo', enquanto que, do total de organizações consideradas com grau de endividamento 'Baixo', 60,0% alcançaram índice de evidência ambiental 'Ruim', ou seja, os resultados da correspondência apresentam relação entre o nível de endividamento e o grau de *disclosure* ambiental, uma vez que empresas muito endividadas apresentaram melhores índices de evidência. Para validar a relação entre as variáveis em destaque, fora realizado o Teste Qui-Quadrado, que permitiu rejeitar a hipótese nula ao nível de significância de 1% de que não existe associação entre os elementos. Conseqüentemente, realizou-se a Anacor, conforme a Figura 1.

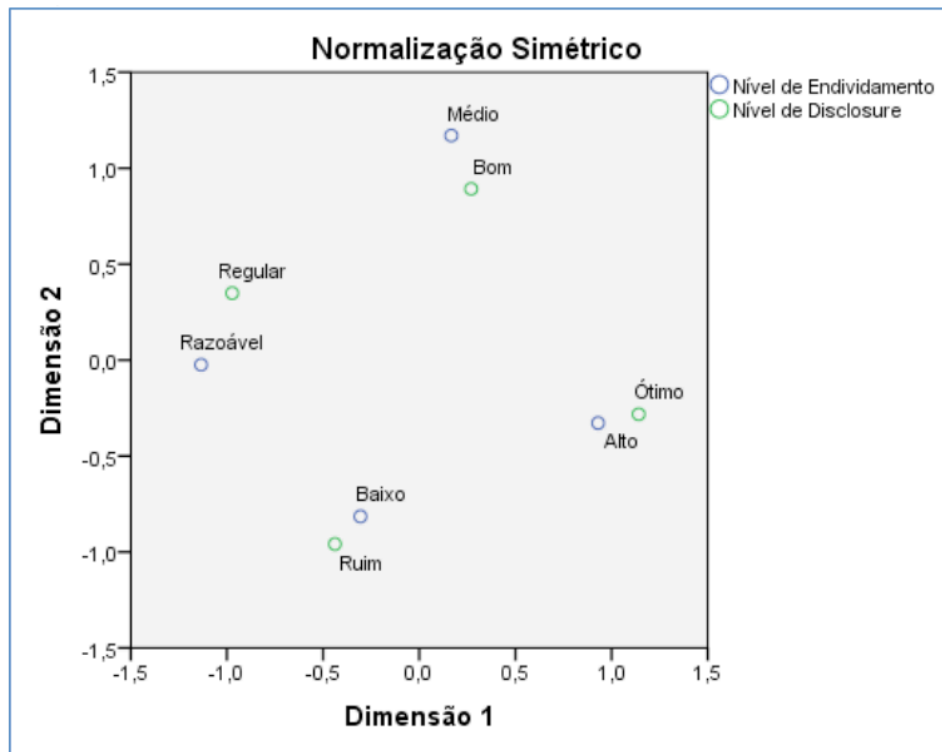


Figura 1 – Mapa perceptual Anacor – *Disclosure* e Endividamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Com base no mapa perceptual constata-se que o nível de *disclosure* ambiental: (i) 'Ótimo' está associado ao nível de endividamento 'Alto'; (ii) 'Ruim' está relacionado ao endividamento de classe 'Baixo'; (iii) 'Regular' está associado ao nível de endividamento 'Razoável'; e (iii) 'Bom' apresenta relação ao nível de endividamento considerado 'Médio'.

4.2.3 Nível de *Disclosure* versus Segmento Especial da BM&FBOVESPA

Com ótica para a Hipótese 3, esta buscou associar o grau de divulgação das questões ambientais com o segmento especial criado pela BM&FBOVESPA, sendo que as companhias pertencentes ao segmento **Novo Mercado** evidenciariam maior número de sentenças relacionadas ao meio ambiente, visto que este segmento estabelece um padrão de governança corporativa altamente diferenciado, com adoção de uma política de divulgação mais transparente, abrangente e rígida. Desta feita, tem-se a Tabela 4 com os resultados da correspondência.

Novo Mercado	Nível de <i>Disclosure</i>				Total - Segmento
	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
Não	11	8	9	10	38
Sim	2	5	4	3	14
Total - Nível	13	13	13	13	52

Tabela 4 – Correspondência entre *Disclosure* Ambiental e Segmento Especial

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A Tabela 4 demonstra que apenas 21,4% das empresas que estão no segmento Novo Mercado apresentaram nível de evidenciação 'Ótimo', sendo que a maioria das companhias pertencentes a este segmento (35,7%), alcançaram nível 'Regular'. Ademais, as organizações não classificadas no segmento em análise demonstraram similaridade entre os níveis 'Ruim' e 'Ótimo', havendo resultados muito próximos, sendo 28,9% e 26,3%, respectivamente. Para validação da correspondência fora realizada a correlação entre as variáveis, o que apresentara um Coeficiente de Pearson de 0,039 e Sig. de 0,785, o que demonstra, e confirma, a correlação muito fraca, quase nula, entre os elementos.

A partir dos resultados, tornou-se apropriado comparar as companhias que possuem alguma classificação nos níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, com aquelas que não apresentam essa categorização, a fim de identificar se a participação nesses segmentos especiais melhora a evidenciação das empresas. Destarte, os resultados dessa análise estão descritos na Tabela 5.

Nível de Governança Corporativa	Nível de <i>Disclosure</i>				Total - Governança
	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
Não	8	6	7	8	29
Sim	5	7	6	5	23
Total - Nível	13	13	13	13	52

Tabela 5 – Correspondência entre *Disclosure* Ambiental e Governança Corporativa

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Ademais, a correlação da variável Governança *versus* Nível de Evidenciação apresentou Coeficiente de *Pearson* de -0,017, demonstrando que o coeficiente é bem fraco e, ainda, negativo, ou seja, companhias que não possuem classificação nos segmentos especiais apresentaram melhores índices de evidenciação.

4.2.4 Nível de *Disclosure* versus Controle Acionário

A quarta hipótese buscou confirmar se empresas que estão sob controle acionário estrangeiro apresentam maior índice de evidenciação ambiental, visto que essas companhias, que estão em ambientes mais internacionalizados, têm maior propensão a divulgarem mais informações ambientais, inclusive por questões de ordem cultural. Para isso, fora realizado a correspondência entre as variáveis, conforme demonstra Tabela 6.

Controle Estrangeiro	Nível de <i>Disclosure</i>				Total - Controle
	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
Não	6	7	9	10	32
Sim	7	6	4	3	20
Total - Nível	13	13	13	13	52

Tabela 6 – Correspondência entre *Disclosure* Ambiental e Controle Acionário

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Os dados da Tabela 6 apontam que as companhias que possuem controle acionário estrangeiro concentraram maior número no nível de *disclosure* considerado ‘Ruim’, ao percentual de 35,0%. Para avaliar a relação existente entre as variáveis em destaque, a análise foi complementada com a Correlação, sendo que o Coeficiente de Correlação calculado foi de -0,247 e Sig. de 0,077, ou seja, a relação existente é inversa, ao passo que companhias que não possuem controle estrangeiro alcançaram melhores níveis de divulgação ambiental.

4.3 Determinantes do *Disclosure* Ambiental

Para a análise dos determinantes do *disclosure* ambiental, foram testados dois modelos de análise de regressão em painel, o de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. Para a determinação de qual modelo é o praticável, foi realizado o Teste de Hausman, em que o resultado apontou um coeficiente *Cross-section* de Prob. de 0,6491, o qual direciona para a análise de regressão em painel pelo modelo de efeitos aleatórios (Prob. entre 0,10 – 1). Desta feita, a Tabela 7 apresenta os resultados da estimação.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	0,039333	0,380846	0,103278	0,9182
TAMANHO	0,369333	0,105776	3,491667	0,0011
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	0,302722	0,096472	3,137925	0,0031
SEGMENTO ESPECIAL	0,122434	0,267582	0,457559	0,6496
CONTROLE ACIONÁRIO	-0,456992	0,245361	-1,862534	0,0695
Unidades <i>Cross-section</i>	52	Total de Observações		104
R ²	0,732436	Estat. Durbin-Watson		1,898662
R ² Ajustado	0,675100	Estatística F		12,77461
		Prob. (Estatística F)		0,00000

Tabela 7 – Regressão em Painel – *Disclosure* Ambiental

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Primeiramente, percebe-se que o modelo é significativo como um todo, ao nível de 0,01, conforme o teste F. O poder explicativo do modelo, mensurado pelo R² e R² Ajustado é de, aproximadamente, 73,24% e 67,51% respectivamente, o que mostra bom ajustamento dos dados ao modelo. A hipótese de que os parâmetros estimados são conjuntamente iguais a zero é refutada, como visto na Estatística F. Por fim, a Estatística Durbin-Watson está entre 1,8 e 2,2, o que indica que não há problema de autocorrelação serial dos resíduos.

Observa-se, a partir dos resultados da regressão em painel, que das hipóteses formuladas apenas uma foi rejeitada/refutada. A variável SEGMENTO ESPECIAL (**H3**) se mostrou não significativa a um nível de 5%, o que se pode inferir que esta variável não influencia o *disclosure* ambiental.

Por outro lado, as variáveis TAMANHO (**H1**) e NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

(H2) se confirmaram significativas a um nível de 1%, ou seja, possuem forte influência sobre o nível de *disclosure* ambiental praticado pelas companhias investigadas.

Ademais, a variável CONTROLE ACIONÁRIO (H4) se mostrou significativa, mas apenas ao nível de significância de 10%, além do que apresentou sinal negativo, o que revela correlação inversa ao esperado.

Com base nos resultados alcançados, é possível sumarizar e comparar com aqueles que eram esperados, de acordo com a literatura. O Quadro 5 apresenta essa comparação.

Variáveis	Sinal Esperado	Sinal Observado	Sig.
TAMANHO	(+)	(+)	SIM *
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	(+)	(+)	SIM *
SEGMENTO ESPECIAL	(+)	(+)	NÃO
CONTROLE ACIONÁRIO	(+)	(-)	SIM **

Quadro 5 – Resumo dos Resultados

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

* Significativa a um nível de significância de 1%.

** Significativa a um nível de significância de 10%.

A partir do Quadro 5 é possível afirmar que o tamanho da companhia e o nível de endividamento são fatores que influenciam, e possuem relação positiva, na determinação do nível de *disclosure* ambiental. Em contrapartida, o controle acionário se mostra com relação inversa, ou seja, companhias que não possuem controle estrangeiro alcançam melhores índices de divulgação. Por fim, adotar algum nível de governança corporativa é uma variável que não interfere no nível de evidenciação das questões ambientais, pelas companhias investigadas.

Comparando os resultados do estudo com outras pesquisas realizadas, observa-se que: há concordância com o trabalho de Rover (2009) quando o aspecto avaliado é o tamanho da empresa, no entanto, diverge quando a variável avaliada é nível de endividamento. Confrontando com os resultados obtidos pelo trabalho de Murcia (2009) este apresentou semelhanças com ótica à origem do controle e a governança corporativa, divergindo-se quanto aos aspectos tamanho e endividamento. Ademais, também apresentou similaridades com outras pesquisas, corroborando com os estudos de Cunha e Ribeiro (2008); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Coelho (2010); Klann e Beuren (2011); e Costa *et al.* (2013).

Por fim, o trabalho em questão ratifica e reitera-se o defendido pela Teoria da Divulgação, principalmente, com ótica a influência, do tamanho da companhia e grau de endividamento, sobre o nível de divulgação ambiental, sendo que empresas maiores e mais endividadas tendem a evidenciar maior número de informações

relacionadas ao meu ambiente, fato esse constatado pelo estudo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua desta pesquisa fora identificar as determinantes explicativas do nível de *disclosure* ambiental praticado pelas companhias no Brasil, utilizando-se de estrutura conceitual e métrica aplicada, e defendida, em outros estudos. Ademais, apoiou-se, também, na Teoria da Divulgação, na vertente da categoria da Discricionariedade, a qual defende que a evidenciação de informações pode ser explicada pelas características endógenas das empresas.

O modelo de regressão com dados em painel, que objetivou testar as hipóteses levantadas, apresentou os seguintes resultados gerais: (i) o modelo é significativo como um todo, ao nível de 1%; (ii) o poder explicativo da regressão é de, aproximadamente, 67,5%, o que mostra bom ajustamento dos dados ao modelo. (iii) a Estatística F refuta a hipótese de que os parâmetros estimados são conjuntamente iguais a zero; e (iv) não há problema de autocorrelação serial dos resíduos, comprovado pela Estatística Durbin-Watson.

Com vistas as hipóteses, o modelo estatístico apontou as seguintes conclusões: (i) a variável **SEGMENTO ESPECIAL (H3)**, se mostrou não significativa a um nível de 5%, o que se pode inferir que este fator não influencia o disclosure ambiental. Por outro lado, as variáveis **TAMANHO (H1)** e **NÍVEL DE ENVIDAMENTO (H2)** se confirmaram significativas a um nível de 1%, ou seja, possuem forte influência sobre o nível de disclosure ambiental praticado pelas companhias investigadas. Ademais, a variável **CONTROLE ACIONÁRIO (H4)** se mostrou significativa, mas apenas ao nível de significância de 10%, além do que apresentou sinal negativo, o que revela correlação inversa ao esperado.

Em síntese, é possível afirmar que o tamanho da companhia e o nível de endividamento são fatores que influenciam, e possuem relação positiva, na determinação do nível de *disclosure* ambiental. Em contrapartida, o controle acionário se mostra com relação inversa, ou seja, companhias que não possuem controle estrangeiro alcançam melhores índices de divulgação. Por fim, adotar algum nível de governança corporativa não interfere no nível de evidenciação das questões ambientais, pelas companhias investigadas.

De forma geral, os resultados do estudo apresentam similaridades, e válida, os achados de outras pesquisas como de Rover (2009); Murcia (2009); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Coelho (2010); Costa *et al.* (2013), Los (2014) e Machado (2014), além de ratificar e reiterar-se o defendido pela Teoria da Divulgação.

REFERÊNCIAS

- BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. **Listagem – Segmentos de listagem**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador - BA, v. 3, n. 3, p.81-95, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3819/2790>>. Acesso em: 11 out. 2016.
- COELHO, Fernando Quaresma. **Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente: uma análise dos fatores diferenciadores**. 2010. 132p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- COSTA, Magdalena Inglês da; TORRES, Luciana Silva; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de; LUCA, Márcia Martins Mendes de. Classificação do conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. **Repec - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 2, p.147-166, abr./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/629>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 43, p.20-33, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212/36944>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **RAUSP-e: Revista de Administração - eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-23, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.
- DAMAK-AYADI, Salma. *Some determinants of social and environmental disclosures in annual reports by French firms*. In: Annual Congress of the European Accounting Association (EAA), 31, 2008, Rotterdam. **Anais...** Rotterdam, 2008.
- FIPECAFI. **Projeto Exame – Melhores e Maiores**. Disponível em: <<http://www.fipecafi.org/Consultoria/maiores.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- FREITAS, Cláudia C. De Oliveira; STRASSBURG, Udo. **Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras**. 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GRAY, Robert; BEBBINGTON, Jan. **Accounting for the Environment**. 2. ed. London: Sage, 2001.
- HUPPES, Leila Cristina. **Os preceitos da sustentabilidade na gestão empresarial: estudo correlacional sob viés da percepção de gestores e colaboradores de empresas da região Sudoeste do Paraná**. 2014. 96p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.
- LOS, Geovanna Zimmermann. **Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA**. 2014, 113p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- MACHADO, Daiane Pias. **A evidenciação ambiental como instrumento de gestão da legitimidade social em empresas brasileiras de capital aberto**. 2014. 105p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MACIEL, Carolina Veloso. **Disclosure ambiental: um panorama evolutivo dos níveis de evidenciação de uma empresa do setor elétrico.** 2012. 105p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil.** 2009. 181p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NIKOLAEVA, Ralitzia; BICHO, Marta. *The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards.* **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 39, p. 136–157, 2011.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** 2002. 245p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEDRON, Angela Patrícia Bovolini. **Estudo sobre o impacto da evidenciação de informações ambientais na rentabilidade e valor das empresas listadas na BM&FBOVESPA.** 2014. 95p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

REVISTA EXAME. **Edição Especial Exame, Melhores e Maiores 2016.** As 1000 maiores e melhores empresas do Brasil. ed. 2016, Jul./2016.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das atividades de natureza ambiental.** 1998. 176p. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROSA, Fabrícia Silva da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Evidenciação Ambiental: Processo Estruturado de Revisão de Literatura Sobre Avaliação de Desempenho da Evidenciação Ambiental. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.24-37, jul./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/764/772>>. Acesso em: 15 set. 2016.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil.** 2009. 98p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TANNURI, Guilherme. **Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade: uma análise à luz de atributos de qualidade.** 2013. 232p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VERRECCHIA, Robert E.. *Essays on disclosure.* **Journal of Accounting and Economics**, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arranjo produtivo local 187, 190, 197, 198, 199, 215, 218, 226, 227, 324

Autogestão 45, 46, 48, 49, 56, 63, 324

C

Controle de produção 73, 74, 79, 324

Cooperação 85, 109, 118, 120, 127, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 197, 198, 208, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 236, 245, 247, 324

Cooperativas 45, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 63, 192, 196, 220, 224, 324

D

Data envelopment analysis 1, 2, 5, 17, 19, 20, 324

Determinantes 110, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 139, 141, 144, 146, 154, 156, 157, 158, 214, 237, 306, 324

Disclosure 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 290, 296, 324

E

Ecosistemas de inovação 159, 324

Educação 52, 80, 81, 82, 83, 84, 93, 102, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 157, 166, 185, 200, 202, 229, 230, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 320, 322, 324

Electricity power distribution 1, 324

Empreendedorismo 159, 161, 166, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 215, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 250, 251, 262, 266, 324, 325

Empreendedorismo coletivo 187, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 324

Empresa junior 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 324, 325

Ensaio teórico 187, 215, 324

Estratégia 22, 30, 61, 62, 63, 94, 177, 178, 250, 252, 253, 259, 264, 265, 266, 288, 324

G

Gestão ambiental 32, 324

Gestão organizacional 57, 72, 200, 306, 324

H

Holt winters 73, 74, 324

I

Incentive regulation 1, 2, 19, 324

Instituições 45, 47, 50, 51, 52, 59, 80, 81, 85, 86, 94, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 184, 185, 190, 191, 196, 199, 200, 201, 202, 212, 218, 219, 224, 227, 324

Investimento 47, 60, 61, 102, 103, 105, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 182, 229, 230, 232, 236, 242, 243, 244, 245, 246, 276, 291, 324

L

Logística reversa 32, 33, 43, 44, 324

M

Meio ambiente 22, 25, 26, 27, 28, 35, 43, 144, 146, 148, 152, 157, 254, 325

Mercado agroindustrial 73, 325

Micro empreendedorismo 250, 251, 262, 266, 325

Movimento empresa junior 200, 201, 202, 210, 212, 325

N

Nível 38, 48, 59, 61, 66, 67, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93, 107, 108, 109, 124, 127, 132, 139, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 170, 171, 176, 182, 195, 205, 206, 207, 208, 223, 234, 235, 236, 259, 270, 274, 284, 287, 295, 296, 325

O

Orçamento público 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 121, 122, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 248, 249, 325

Organização 25, 27, 29, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 58, 61, 63, 67, 72, 80, 82, 83, 87, 88, 93, 94, 105, 109, 118, 120, 124, 139, 146, 159, 160, 161, 164, 188, 190, 193, 196, 200, 207, 216, 218, 221, 225, 232, 236, 245, 247, 252, 253, 255, 256, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 294, 297, 300, 325

P

Planejamento 58, 63, 67, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 104, 105, 106, 107, 121, 122, 207, 214, 231, 232, 233, 234, 248, 249, 252, 253, 256, 265, 268, 271, 272, 273, 274, 285, 288, 311, 321, 325

Planejamento estratégico 73, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 273, 288, 325

Políticas públicas 45, 47, 48, 49, 54, 56, 59, 60, 63, 105, 109, 110, 122, 232, 236, 237, 249, 325

Programas de pós-graduação 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 94, 325

R

Reuso 32, 33, 35, 325

Revisão narrativa 21, 22, 23, 31, 325

S

Saúde 24, 37, 39, 40, 41, 66, 74, 93, 102, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 166, 174, 213, 229, 230, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 325

Sazonalidade 66, 73, 75, 76, 78, 325

Serviço 66, 67, 79, 98, 125, 126, 127, 140, 164, 165, 166, 170, 177, 179, 185, 215, 253, 254, 255, 256, 263, 266, 277, 286, 325

Sistema de avaliação 81, 84, 85, 87, 325

Startup 98, 100, 159, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 184, 185, 186, 325

Sururu valley 159, 160, 161, 163, 183, 185, 325

Sustentabilidade 21, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 43, 44, 51, 127, 144, 149, 157, 158, 325

T

Tecnologia da informação 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 111, 160, 163, 183, 238, 325

Teoria da divulgação 144, 147, 155, 156, 325

Teoria institucional 45, 49, 50, 51, 63, 325

Ti verde 31, 325

Turismo de convenções 123, 128, 325

Turismo de negócios 123, 124, 128, 130, 131, 132, 138, 139, 140, 325

Turismo de reuniões 123, 325

U

Usuário 66, 274, 292, 299, 304

V

Valor agregado 32, 43, 161

Vendas 74, 76, 77, 79, 144, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 302

Vendedores informais 250, 252, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266

 **Atena**
Editora

2 0 2 0